

## **DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL** **Ser e estar incluído no processo de alfabetização**

*Glécia Fernanda Caetano Fernandes Nasario*

*Tania Regina da Rocha Unglaub*

### ***Alfabetização e Direitos Humanos***

#### **Resumo:**

Trata-se de um artigo com cunho científico que tece reflexões a respeito de uma experiência que está sendo vivenciada no programa de residência pedagógica referente à alfabetização e letramento como parte dos direitos humanos em uma sociedade marcada pela exclusão, pelos conflitos, pelas desigualdades estruturais, vivendo situações de injustiça institucionalizada, uma questão que se torna central. Uma pesquisa qualitativa do tipo participante. Trazendo a percepção de como a educação em Direitos Humanos promove a autonomia do sujeito por meio da sua formação e garantia dos seus direitos. Ciente de que o compromisso com a promoção dos direitos humanos passa obrigatoriamente pela educação em suas diferentes formas, inclusive a escola. A distância entre os alfabetizados ou analfabetos que acentuou durante a pandemia, e especificamente nesse período, vemos que a situação das pessoas analfabetas dar-se-a em diferentes situações, em decorrência, sendo tanto da falta de acesso a informações importantes quanto a negativa do sistema em compreender e fazer a inclusão. Com esse cenário já é possível perceber que alfabetizar está longe de ser apenas decodificar as letras escritas, mas sim fazer uso da leitura e da escrita, no qual a interpretação não ocorre apenas no nível da estrutura do próprio texto e poderia ser transposta na vida. A escrita e a leitura são tão potentes que não são só objetivos a serem alcançados ao longe, mas também de serem construídos, pois sustentam as mudanças da realidade, por uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chaves:** Direitos Humanos; Alfabetização; Inclusão Social, Ser e Estar, Emancipação.

## **Introdução**

O presente texto pretende discutir a relação de educação e direitos humanos, com base em autores que discutem o tema e nas experiências cotidianas. A justificativa desse artigo remete-se a importância dos direitos humanos na educação desde as séries iniciais, enfatizando o processo de alfabetização e buscando mostrar a necessidade existente em adequar no plano de ensino a Educação para progressão de uma educação emancipatória e efetiva alfabetização, com ênfase aos Direitos Humanos.

Ao refletirmos sobre alfabetização e direitos humanos, levamos em consideração que o assunto está cada vez mais em notoriedade, principalmente, no âmbito escolar. Mas é complexo entender qual é a real função da escola e dos profissionais que pesquisam a diferença entre esses conceitos, demonstrando inúmeros desafios enfrentados para se chegar num denominador comum. É importante saber que Os Direitos Humanos estão intimamente ligados com os conceitos de justiça, igualdade e democracia e demonstram o relacionamento entre a sociedade, indivíduos e Estado, sendo uma categoria jurídica instituída com a finalidade de proteger a dignidade humana em todas as dimensões. É certo que, em uma sociedade onde há constantes transformações, a escola deve romper com aqueles velhos conceitos educacionais, ajustando-se a esta nova realidade, de encontro a atualidade real. A aqui destaco o papel fundamental da escola de promotora de um ambiente de aprendizagem, mas que vai muito além.

Assim, se faz necessárias renovações, aprofundamento, contribuindo de forma plausível na disseminação de novas técnicas de educação no processo aplicados no campo da alfabetização no sentido humanizador, a fim de se promover a inclusão social, transformação e a promoção cultural do indivíduo na sociedade globalizada, tornando possível a concretização de uma educação libertadora, conforme pressupostos trazidos por Paulo Freire em sua teoria, e de tantos outros pensadores que atuam de maneira ativa na erguimento dos processos educacionais e na proposta de elaboração de um novo sistema educação nacional.

A educação em Direitos Humanos, ao propor um olhar crítico sobre como o afogo e dominação que se fizeram presentes em nosso passado histórico, promove uma abertura a novas possibilidades para a construção de uma sociedade mais consciente de suas responsabilidades, participativa, livre de preconceitos e igualitária. Para tanto, para ser

eficiente, o ideal é que este processo de formação para a cidadania envolva todos os espaços de formação educativa, entre eles as escolas, as instituições públicas e privadas, a família, a sociedade, etc.

É necessário que os conhecimentos sobre os Direitos Humanos precisam se relacionar ao cotidiano das pessoas e à realidade social de que fazem parte, com efetivação de uma educação que se desenvolve por meio de práticas contínuas, através de um trabalho coletivo e participativo integrado que atravessa todos os conteúdos, articulando teoria e prática da realidade política, civil, econômica, social e cultural de cada indivíduo e comunidade e que pode sim ser desenvolvido no âmbito escolar.

Educação Direitos Humanos na escola tem uma função social de preparar o aluno para a cidadania, ou seja, encaminha o aluno para ser um indivíduo com um caráter cujo respeito ao próximo esteja em primeiro lugar, e também aprender a conviver com as diferenças, presentes em nossa sociedade reivindicando direitos e respeitando deveres. Para Carbonari (2012) a vida mostra que os direitos Humanos são conteúdos e faz parte da atual realidade e que colabora para tornar a vida ainda melhor, para todos os cidadãos.

## **2 Fundamentação teórica**

A alfabetização é uma das etapas do processo de escolarização cujo principal objetivo é criar condições para que os alunos aprendam a ler e escrever. E, de fato a leitura e a escrita são uns dos principais caminhos para ampliarmos nossos conhecimentos e desenvolvermos cognitivos, no entanto, na alfabetização o ato de ler e escrever não deve ser voltado somente para a codificação e decodificação dos símbolos da escrita alfabética, mas sim, proporcionar aos alunos o maior contato possível com os diferentes gêneros textuais de modo que os sujeitos se apropriem do uso da escrita. A interação com diferentes tipos de textos e a qualidade do ensino destes pode contribuir na formação de leitores e escritores proficientes, autônomos e letrados.

Dessa forma, é dever da escola proporcionar um ambiente rico em aprendizagem, de modo que a alfabetização não se restrinja meramente ao ensino da leitura e escrita convencional, mas desenvolvida na perspectiva do letramento, no qual o aluno além de aprender o código, também aprende a fazer seu uso na garantia desse direito, de encontro aos Direitos Humanos.

Nossa Constituição preconiza que: “Toda pessoa tem direito à instrução, a instrução será gratuita, pelo menos nos graus da educação básica/ fundamental. A instrução básica será obrigatória. A instrução técnica profissional será acessível a todos, bem como a

instrução superior, esta baseada no ensino médio”. Com as diversas mudanças ao longo das décadas, o direito do cidadão a escola foi garantido, gerando a inclusão, indiferente de sua classe social. A educação tem muito valor por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal. E assume a condição de direito humano, por ser parte integrante da dignidade humana e contribui para expansão do conhecimento. Trata-se de um direito de inúmeras faces: seja de cunho social, cultural e econômica. É sim um direito social porque, promove a sociedade o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Vista como um direito cultural, já que a comunidade internacional orientou a educação no sentido de construir uma cultura universal de direitos humanos. E, também um direito econômico, pois favorece a auto-suficiência econômica por meio do emprego ou do trabalho autônomo.

Em suma, a educação é o pré-requisito fundamental para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna. Mas, além da inclusão deste indivíduo na seio escolar, surge o compromisso de que o processo educacional chegue de forma eficaz e igualitária a todos. Pois, de nada adianta a escola incumbir-se apenas em alfabetizar ou criar alfabetos funcionais, desconhecedores dos Direitos humanos.

A educação é ferramenta fundamental essencial para a desconstrução de paradigmas hegemônicos através da construção de uma nova realidade, razão pela qual se mostra importante a busca por uma educação não hegemônica e não colonizadora sobre Direitos Humanos. (TEODORO, 2015).

A escola tem acima de tudo a responsabilidade de promover o ensino da leitura e da escrita, fazer com que o indivíduo usufrua das oportunidades da sociedade do contexto atual. Mas não há a promoção ou comprometimento da escola atual em promover o ensino de maneira ampla e satisfatória, senão exercendo as práticas de leitura e escrita nos diversos domínios da vida social, ou seja, no âmbito familiar, escolar e profissional.

E, outros autores distam:

“mais do que uma decisão individual é uma opção política, uma vez que estamos inseridos num contexto social e cultural em que aprender a ler e escrever é mais do que simples domínio de tecnologia” (MACIEL E LUCIO, 2008, p. 31).

Afirma então Terra (2015, p.2),

a educação é um dos principais mecanismos para conscientização sobre a importância dos direitos, do seu significado e também do seu alcance, lembrando que a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que entre as causas do desrespeito e ofensas aos direitos humanos está o desconhecimento.

A educação em direitos humanos deve ser vista como um processo permanente de

transmissão de conhecimentos relacionados com os seus direitos, quando de encontro ao que prisma o próprio sentido dos Direitos Humanos.

Um dos objetivos da educação em Direitos Humanos é proporcionar uma formação cidadã e emancipadora, que promova condições para que os sujeitos possam se assumir-se criticamente diante da realidade, dialogando, indagando, aprendendo no conflito e na proximidade. Para Candau (2013, p. 313):

Trata-se, portanto, de transformar mentalidades, atitudes, comportamentos, dinâmicas organizacionais e práticas cotidianas dos diferentes atores, individuais e coletivos, e das organizações sociais e educativas. Para a construção de agentes multiplicadores é necessário favorecer processos que promovam um compromisso existencial com os direitos humanos.

Para tal, é necessário educar em direitos humanos, isto é, propiciar experiências em que se vivenciem os direitos humanos. As estratégias metodológicas para uma efetiva educação em Direitos Humanos são construídas de maneira dialogada e integrada, privilegiando a atividade, a participação e a realidade social dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, é interessante fazer uso de diferentes linguagens e promover o diálogo entre diversos saberes nos processos formativos para o alcance de uma compreensão mais global e multidimensional dos Direitos Humanos que seja capaz de produzir mudança de mentalidades e atitudes. (CANDAU, SCAVINO, 2010).

Para reforçar a o compromisso da sociedade de apoiar a educação para os direitos humanos, vale refletir sobre um atinente comentário de Eleanor Roosevelt. Como se estivesse falando dentro desse contexto atual, ela disse, em 1948:

Vai demorar um bom tempo até que a história faça seu julgamento sobre o valor da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e esse julgamento dependerá, penso eu, do que os povos de diferentes nações farão para tornar esse documento conhecido por todos. Se o conhecerem muito bem, irão se esforçar para conquistar alguns dos direitos e liberdades anunciados nele, e esse esforço irá torná-lo valioso no sentido de deixar claro o significado do documento, no que se refere aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

Mas, vale ressaltar que a sociedade contemporânea privilegia o uso da escrita, assim, a alfabetização se anuncia como relevante uma vez que as habilidades de ler e escrever tornam-se necessárias à boa qualidade de vida do cidadão. Saber ler e escrever estimula distintas aprendizagens, bem como, facilita práticas sociais como a comunicação, e ainda, oportuniza outras situações quanto ao acesso e à

garantia dos demais direitos fundamentais, o que pode consolidar uma vida com dignidade humana.

### **3 Metodologia**

Pesquisa participante, inserida no contexto e como técnica de pesquisa foram utilizadas observações participantes, análise documental e diálogos com envolvidos no projeto, como: colegas, criança e docentes. Sendo um Projeto de Residência Pedagógica, uma experiência de partir da proposta de alfabetização e letramento em uma análise qualitativa de uma escola, que mostrou que o aprendizado está intimamente ligado a categorias que geralmente não aparecem nas pesquisas e nas análises realizadas no Brasil.

O cenário são crianças de 11 e 12 anos, que freqüentam o 5º ano do Ensino Fundamental, Séries Iniciais, uma turma de 22 alunos, sendo que 13 desses não, ainda com essa descoberta, a experiência de estar fazendo parte desse projeto, objetivando alfabetizar e conduzir o letramento desses discentes. Uma evolução que é possível, mesmo diante de uma realidade bastante adversa, pois estarei focando no resultado positivo, pois objetivo é mostrar que a falta de recursos não pode ser utilizada como justificativa para um desempenho negativo dos alunos e que é possível encontrar soluções positivas diante de situações muitas vezes precárias. Uma grande parcela dos alunos é pertencente a famílias com baixo nível de escolaridade, o que contribui com a realidade da situação financeira familiar, pois são de classe popular, caracterizados principalmente por trabalhadores autônomos subsistindo da pesca, faxinas, etc., não contam com salário fixo e possuem baixa renda, as quais são complementadas com benefícios do Governo Federal (Bolsa Família entre outros benefícios).

Quando se trata da estrutura física da escola, a qual também se torna imprescindível para o processo de ensino e aprendizagem, pois o ambiente físico da escolar pode influenciar diretamente tanto no processo educativo como o desenvolvimento da criança, dessa forma, verifica-se que nessa instituição apresenta carência no zelo (manutenção) de espaços físicos que favoreçam sua organização estrutural e o conforto de seus integrantes, pois não há, um exemplo disso é o espaço inadequado para o funcionamento de uma biblioteca, desorganizada, porta trancada, e sem uma profissional para atender os alunos.



## **4 Resultados e Discussão**

O estímulo a uma boa leitura e interpretação de textos e a prática dessa atividade desde a infância por meio de Projetos de Leitura, poderão ser interpretados como exemplos a serem seguidos, para a eficácia na sua iniciação ao mundo letrado. Obviamente que estas propostas devem ser intermediadas pelos docentes, que têm como obrigação, serem bons leitores.

O poder da alfabetização reside em sua potencialidade, uma potencialidade que nem todos temos a oportunidade de atualizar com uso da leitura, ou com as formas inovadoras de se comunicar, o que é um problema, porque a comunicação ou acesso a informação é um elemento vital em muitos sentidos, e um deles é a participação cidadã nas instituições e na consolidação de uma verdadeira democracia.

O contato das crianças com a leitura é fundamental, afim de que elas percebam, para que serve a linguagem escrita. Durante este processo, o professor torna-se o apoio principal do aluno, quando faz uso da linguagem oral para ditar seu texto.

O domínio da linguagem surge da sua utilização em várias circunstâncias, onde as crianças percebem a função social exercida por ela através destas aquisições, além das diversas capacidades da aprendizagem da língua escrita, um dos elementos mais importantes para que as crianças ampliem suas possibilidades de inserção nas práticas sociais. Os educadores precisam ensinar para as crianças os exercícios de adequações aos contextos comunicativos, considerando os diferentes tipos de interlocutores, despertando o gosto pela leitura, e possibilitando a construção da capacidade e possibilidade de compreender o que está escrito.

Ainda não tenho resultados do projeto de residência pedagógica, mas caminhamos para um resultado de excelência, projetando que aqueles que ainda não sabem ler convencionalmente o mundo, serão leitores, através de uma prática pedagógica que vai muito além do contar histórias.

## **5 Considerações Finais**

Os desafios são enormes, e para que haja um avanço considerável é necessário intervenções políticas educacionais mais abrangentes, pois os números do analfabetismo ainda são alarmantes. É preciso antes disso, um trabalho investigativo voltado para temas que abordem essa problemática, encontrando uma maneira de resolver essa defasagem que envolve todo o contexto educacional.

É importante o comprometimento e competência por parte dos gestores educacionais, para que haja a responsabilidade plena da escola quanto as suas obrigações,

e também dos docentes, parte principal no acesso do indivíduo ao letramento, tanto quanto investimentos em sua formação continuada de maneira satisfatória, criação de melhores condições de trabalho, uma política salarial adequada e principalmente, a sua autonomia profissional. E, o Estado, na pessoa dos gestores, propor políticas educacionais mais eficientes e que sejam promotoras de educação (alfabetização), garantidora dos direitos fundamentais e essenciais para o cidadão enquanto ser.

A escola é uma instituição de função social, de papel político e educativo, que deve viabilizar influências do contexto sócio-político e econômico. É de suma importância que o docente respeite o conhecimento prévio de mundo apresentado por este aluno, e considere este processo não como transmissão do saber, mas sim de construção e de troca. Ao contrário, ele se dará de forma mecânica e ineficaz, em que o educando funciona apenas como um depósito de dados e informações.

Neste sentido, para que a educação em direitos humanos não seja um mero instrumento de dominação unilateral, ela precisa ser capaz de preparar para a autonomia, sendo, portanto, um modelo de educação que desperte nos indivíduos suas potencialidades sejam elas, sociais e políticas ou históricas, tornando-os capazes de analisar e distinguir criticamente o que não é justo.

Nesta perspectiva, a promoção e defesa de Direitos Humanos poderiam renovar a disposição de todas as pessoas e instituições para o desenvolvimento de ações educativas sintonizadas com os ideais de democracia e justiça social. Assim, construir um processo educativo dialogado e participativo, que mobilize a recriação, a educação em Direitos Humanos poderá contribuir para promover a emancipação das pessoas e dos grupos sociais e para o comprometimento.

Uma educação em Direitos Humanos verdadeira carece, necessariamente, que a sentido técnico das práticas pedagógicas formativas sejam questionadas, cotejadas e modificadas por novos modelos que permitam uma importância em direção ao outro, contudo, a conscientização, o direito de ser e estar do cidadão, a aceitação da diversidade das culturas, a igualdade social, a uma efetiva educação, a democracia.



## Referências

CANDAU, Vera Maria. **Educação em direitos humanos: desafios atuais**. In: GODOY, Rosa et.al. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: **Editora Universitária da UFPB**, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. Humanos São Paulo: **Saraiva**, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Educação e mudança. Rio Educação e mudança. de Janeiro: **Paz e Terra**, 1981.

TEODORO, Márcia Rocha. **Da educação em direitos humanos sob o prisma do estado plurinacional**. Rio de janeiro: Lumen Juris, 2015.

TERRA, Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos. **A educação na Sociedade contemporânea: Garantindo a Cidadania, concretizando os Direitos Humanos**.s.ed. XII Seminário Internacional de Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. Brasil, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: **Autores Associados**, 1998.